

INDICAÇÃO GEOGRÁFICA E DESENVOLVIMENTO: Um panorama atual da região de Indicação de Procedência dos Vales da Uva Goethe

Guilherme Spiazzi dos Santos¹, UNESCO, gsdsantos@hotmail.com
Adriana Carvalho Pinto Vieira, UNESCO, dricpvieira@gmail.com
Julio Cesar Zilli, UNESCO, zilli42@hotmail.com

RESUMO

Os caminhos que levam ao desenvolvimento de uma região consideram particularidades econômica, ambientais, sociais e culturais de cada área, além da participação direta e indireta das esferas pública e privada que compõe determinada região. Uma alternativa para que pequenos produtores de regiões menos desenvolvidas possam ingressar no mercado, assim gerando impactos no desenvolvimento da região é a Indicação Geográfica, um ativo de propriedade intelectual que proporciona diferenciação e garantia de proteção legal. Trata-se de um registro de propriedade intelectual concedido pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) de uso coletivo pelos atores de uma região delimitada. Com isso, este estudo tem como objetivo identificar o panorama atual do desenvolvimento da região de Indicação de Procedência dos Vales da Uva Goethe. Metodologicamente, o estudo se caracterizou como uma pesquisa descritiva e exploratória quanto aos fins, de estratégia bibliográfica, com a técnica de análise de dados e abordagem qualitativa. A pesquisa mostra que a região dos Vales da Uva Goethe tem mostrado incrementos positivos em seus indicadores econômicos, porém, precisa trabalhar questões humanas e sociais para atingir uma condição equilibrada de desenvolvimento da região.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual; Desenvolvimento; Vales da Uva Goethe.

ABSTRACT

The paths that lead to the development of a region consider the economic, environmental, social and cultural particularities of each area, as well as the direct and indirect participation of the public and private spheres of a given region. An alternative for small producers from less developed regions to enter the market, thus generating impacts on the development of the region is the Geographical Indication, an intellectual property asset that provides differentiation and guarantee of legal protection. It is an intellectual property registry granted by the National Institute of Industrial Property (INPI) for collective use by the actors of a delimited region. Therefore, this study aims to identify the current panorama of the development of the Goethe Grapes Valleys region. Methodologically, the study was characterized as a descriptive and exploratory research, with a bibliographical strategy qualitative approach. The research shows that the region of Goethe Grape Vales has shown positive increases in its economic indicators, however, it needs to work on human and social issues to achieve a balanced development condition for the region.

Keywords: Intellectual Property; Development; Goethe Grape Valleys

¹ - Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES

1 INTRODUÇÃO

A melhoria da condição de vida local perpassa uma série de variáveis que contribuem de forma interdependente para o desenvolvimento de um território ou região. Apesar de não haver um modelo geral a ser seguido para se alcançar um determinado nível de desenvolvimento regional, deve-se considerar que a promoção do mesmo leva em conta as particularidades econômica, ambientais, sociais e culturais de cada região, tal como a promoção de uma Indicação Geográfica (IG).

O conceito de IG, presente no Brasil há cerca de vinte anos, mas já amplamente utilizado na Europa e outras partes do mundo, se mostra presente no desenvolvimento socioeconômico de localidades como Champagne (França - champagne), Parma (Itália – presunto curado a seco), Porto (Portugal – vinho) e Jerez (Espanha - brandy).

A conotação de estrutura social a partir da existência e a predominância do termo desenvolvimento ou subdesenvolvimento denominando uma determinada localidade, surgiu após o início do processo de formação de um sistema econômico mundial, cujo num primeiro momento se dá com a transformação da produção e a divisão do trabalho, abrindo caminho para a Revolução Industrial e, num segundo período, a especialização de regiões numa determinada atividade produtiva, e tem como resultado o avanço tecnológico e, conseqüentemente, uma rápida acumulação (FURTADO, 1980).

Este apanhado de acontecimentos leva as estratégias de desenvolvimento a considerar que uma determinada região traz em si uma história que influencia as condições de desenvolvimento (SCHUMPETER, 1982; KRUGMAN, 1991), a busca por mercados para o aumento da produção e a escolha adequada de bens que serão produzidos (WILLIAMSON, 1988) e também a expectativa com relação ao futuro da região daqueles que promovem a transformação (KRUGMAN, 1991).

A partir deste cenário, há a necessidade de uma ação integrada e alinhada entre diferentes atores das esferas pública e privada, para que a perspectiva de desenvolvimento deixe de ter como objetivo apenas o aumento da produção material e, passe a considerar necessidades ambientais e sociais, fazendo alusão ao bem-estar geral da população.

Desta forma, o desenvolvimento regional pode fazer referência ao aumento da condição de vida populacional. Porém, a elevação do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* por si só não significa uma melhor distribuição da renda (CLEMENTE, 1994). Portanto, conforme Furtado (1980) aponta em seus estudos, o conceito de desenvolvimento de uma sociedade não pode estar desvinculado da estrutura social da mesma e a formulação de políticas de desenvolvimento.

Assim como o meio privado tem o seu papel na indução do desenvolvimento, mesmo que muitas vezes visto apenas como fator econômico, a administração pública também pode ser apontada como um agente de promoção do desenvolvimento. Porém, no que concerne a ação pública, deve-se questionar o papel e as estratégias de abordagem da gestão pública a serem adotadas em favor do desenvolvimento de uma região, uma vez que a influência pública pode ser direta a partir da implementação de programas de cunho agrícola e outras políticas que beneficiem a comunidade ou indireta, ao assegurar o direito legal de um ativo pertencente à região.

O conceito de Indicação Geográfica (IG) surgiu a partir da percepção de qualidades específicas e intrínsecas de determinados produtos provenientes de regiões delimitadas, por consumidores e produtores (ADDOR; GRAZIOLI, 2002). O registro IG configura um ativo

de propriedade intelectual que proporciona direitos, estes atrelados a tratados e convenções internacionais de IG firmados pela Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) (O'BRIEN, 1998).

Além da garantia de proteção legal, o registro de IG proporciona uma interessante alternativa para que pequenos produtores de regiões menos desenvolvidas possam ingressar no mercado com um produto diferenciado, lhes permitindo concorrer com grandes organizações (BRUCH; VIEIRA; BARBOSA, 2014).

Para Maiorki e Dallabrida (2005), este ingresso de atores locais no mercado pós-registro de IG gera impactos no desenvolvimento da região, uma vez que há um considerável entrosamento entre uma IG e a promoção cultural e socioeconômica da região delimitada.

A partir da concessão do registro de Indicação de Procedência para os Vales da Uva Goethe (IPVUG) em 2012, a região delimitada pelo registro composta pelos seguintes municípios – Cocal do Sul, Içara, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Orleans, Pedras Grandes, Treze de Maio e Urussanga - passou a ter um ativo de uso coletivo, pertencente à região como um todo. Este ativo favorece a produção agrícola de uva e a produção de produtos derivados do fruto.

As benesses trazidas pelo registro de IG vão desde a segurança legal da propriedade intelectual (proteção de um ativo intangível) até a promoção de um diferencial local único e intransferível. São fatores que tem potencial tanto público, quanto privado para a promoção do desenvolvimento da região.

A relação dos temas Indicação Geográfica e Desenvolvimento é estudada no presente trabalho por meio o da coleta de dados secundários referente ao desenvolvimento dos municípios que compõe os Vales da Uva Goethe. Diante deste contexto, este estudo tem como objetivo identificar o panorama atual do desenvolvimento da região de Indicação de Procedência dos Vales da Uva Goethe.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 DESENVOLVIMENTO

Considerando a utilização do termo desenvolvimento no tempo atual, ele pode assumir um viés voltado para a acumulação, dando um sentido de interpretação econômico (FURTADO, 1980; WILLIAMSON, 1988), mas também pode ser considerado com relação ao nível de satisfação das necessidades humanas (FURTADO, 1980) ou ainda, como expõe Sen (2000), uma sequência de acontecimentos que proporcionam um aumento das liberdades reais da população numa determinada região.

O desenvolvimento, no sentido econômico, de acordo com Williamson (1988) é a constante transformação da produção de subsistência que limita a renda *per capita* em uma que empregue alta tecnologia e proporcione rendas mais altas. Porém, este aumento por si só, como lembra Furtado (1980), faz referência à melhora na eficácia da produção, fator tido como principal indicador de desenvolvimento, mas não proporciona condição suficiente para a melhora das necessidades da população.

Além disso, como já era postulado por Schumpeter (1982), toda situação de desenvolvimento tem como base um desenvolvimento anterior que criou condições para que houvesse continuidade e mudanças, onde de acordo com Ivo (2012) a sociedade tradicional não é sobreposta pela sociedade moderna.

Com isso, no que diz respeito ao desenvolvimento econômico, este é apenas uma parte de análise de uma relação muito mais complexa que sofre influência de um todo precedente que também considera influências históricas e sociais (SCHUMPETER, 1982).

Fazendo referência ao desenvolvimento econômico, Furtado (1980) aponta para o termo renda *per capita* como um indicador de desenvolvimento que não faz qualquer referência a diferenças sociais, distribuição de renda, preços relativos ou perfil da acumulação. O raciocínio é complementado por Sen (2000) ao afirmar que o crescimento do produto interno bruto (PIB) passa uma noção restrita sobre desenvolvimento, pois não considera questões como acesso à saúde, educação ou ainda participação política.

Políticas públicas destinadas a proporcionar incentivos financeiros e fiscais para o setor privado foram adotadas tanto por países desenvolvidos quanto em desenvolvimento. Porém, mesmo considerando o aumento de emprego e renda, além de um tímido incremento na capacidade competitiva proporcional por tais incentivos, os resultados de regiões menos desenvolvidas não fazem frente aos encontrados em áreas mais ricas (AMIN, 1999).

Esta intervenção da administração pública, segundo Bandeira (2004), visa à promoção do desenvolvimento com vistas na importância do papel dos mercados. Com isso, a discussão do desenvolvimento econômico e social, culminando no desenvolvimento regional, leva em consideração a capacidade de articulação entre organizações sociais e os setores privado e público de uma determinada região (MARTINS; CALDAS, 2009).

Fazendo o contraponto à renda *per capita*, o panorama de desenvolvimento de uma região pode considerar o índice de desenvolvimento humano (IDH), uma vez que este analisa a sociedade a partir de dados socioeconômicos que consideram as dimensões renda, educação e longevidade (ATLASBRASIL, 2013). Ainda, este índice de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (2017) se caracteriza por mudar o foco do crescimento econômico para o humano, pois, além de considerar o aspecto econômico, considera a expectativa de crescimento sob a ótica do ser humano, capacidades, oportunidades, questões políticas, culturais e sociais.

Outro indicador que está em consonância com a necessidade de ir além da questão de análise econômica é o índice de desenvolvimento municipal sustentável (IDMS), uma vez que este se compromete a analisar o desenvolvimento territorial a partir das dimensões sociocultural, ambiental, econômica e político-institucional (FECAM, 2016).

Portanto, paralelamente ao desenvolvimento econômico, há o desenvolvimento local, este calcado no aproveitamento dos recursos naturais e sociais existentes em qualquer região, conseqüentemente, um desenvolvimento não concentrado de emprego no território (LLORENS, 2001).

2.2 INDICAÇÃO GEOGRÁFICA

O registro de Indicação Geográfica (IG) configura um ativo de propriedade intelectual que proporciona direitos atrelados a tratados e convenções internacionais de IG firmados pela Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) (O'BRIEN, 1998).

Este conceito surgiu a partir da percepção de qualidades específicas e intrínsecas de determinados produtos provenientes de regiões delimitadas, por consumidores e produtores (ADDOR; GRAZIOLI, 2002), além da necessidade de um instrumento que assegurasse características particulares de determinados produtos, sendo que inicialmente tinha como

intenção o enaltecimento da qualidade e posteriormente para a prevenção de fraudes (DA CUNHA, 2015).

Além de ser uma proteção jurídica, o registro de IG, assim como as marcas registradas, tem como fim a diferenciação ao agregar ao produto a garantia de procedência. (CERDAN, BRUCH e SILVIA, 2010).

Este diferencial configura uma classificação representada por um signo, este aplicado sobre o produto final, que é de indiscutível importância, pois destaca atributos únicos, fazendo referência a origem histórica e aspectos particulares da cultura e tradição da região que o compõe determinado produto ou serviço (CERDAN *et al*, 2014).

A relação do produto ou serviço ofertado com a sua região está diretamente ligada à palavra “geográfica”, pois remete a sua origem e os atributos peculiares, estes administrados por atores locais, o que faz da IG uma propriedade coletiva da população da região devidamente delimitada (DALLABRIDA, 2014).

A proteção gerada pelo registro de IG acaba tendo relação no desenvolvimento local, uma vez que a população terá um instrumento que garante potenciais investimentos (SILVA; BRITO; DANTAS, 2016).

De acordo com o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) a IG pode ser dividida em: Indicação de Procedência (IP) – referência a uma região que se tornou conhecida pela prestação de um serviço específico ou a extração, produção ou fabricação de determinado produto. Denominação de Origem (DO) – dos quais as propriedades ou atributos específicos de produtos ou serviços podem ser conferidos a sua origem geográfica, fazendo referência ao seu local de ascendência (INPI, 2015).

Atualmente o Brasil possui sessenta e dois (62) registros de IGs concedidos, sendo que, deste total, a Indicação de Procedência dos Vales da Uva Goethe (IPVUG) atualmente é a única IG no Estado de Santa Catarina (INPI, 2017).

O reconhecimento da IPVUG é para produção de vinho branco demi-sec, seco ou suave, vinho espumante brut ou demi-sec obtidos pelo método “*Champenoise*” e pelo método “*Charmat*”, vinho licoroso, a partir de fevereiro de 2012, com o reconhecimento do registro pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) (VIEIRA; BRUCH; WATANABE, 2012).

2.2.1 Vales da Uva Goethe

A região dos Vales da Uva Goethe, composta pelos municípios de *i*) Cocal do Sul; *ii*) Içara; *iii*) Morro da Fumaça; *iv*) Nova Veneza; *v*) Orleans; *vi*) Pedras Grandes; *vii*) Treze de Maio; *viii*) Urussanga (VALES DA UVA GOETHE, 2013) leva este nome devido ao cultivo da uva Goethe, originária dos Estados Unidos (PINNEY, 1989), introduzida na região de Urussanga ainda na primeira década do século XX (VELLOSO, 2008) pelas mãos do regente do consulado italiano, Giuseppe Caruso Mac Donald e distribuída para os colonos locais (PROGOETHE, 2012).

Na busca pelo fortalecimento da cultura local houve a união entre os vitivinicultores de uva Goethe e pessoas da região de Urussanga ligadas ao comércio e turismo, contando com o suporte do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) (VELLOSO, 2008), então formando a Associação dos Produtores da Uva e do Vinho Goethe da Região de Urussanga – ProGoethe em 2005 e, a partir dela, foi feita a busca pelo registro de Indicação Geográfica dos Vales da Uva Goethe (MAPA, 2014).

No ano de 2010 foi expedido o Certificado de reconhecimento de Indicação Geográfica Protegida - IGP concedido pelo Secretário de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Regional de Santa Catarina e, em 2012 foi concedido o Registro da Indicação de Procedência registrado pelo INPI em 14/02/2012 (PROGOETHE, 2012).

De acordo com Vieira e Pellin (2014), a região registrou um crescimento em torno de 20% na venda de vinhos Goethe e 30% de espumantes após a oficialização do registro de IG dos Vales da Uva Goethe. Tal dado corrobora com a afirmação de Maiorki e Dallabrida (2015) de que a IG no Brasil está num processo de estruturação e expansão e que ela é uma estratégia para região que traz exclusividade de uso do signo para aqueles que detêm o direito e também inclusiva, pois outros setores da economia são beneficiados indiretamente.

A proteção assegurada por lei e a questão da diferenciação por sua vez acabam se relacionando com o desenvolvimento da respectiva região de IG, pois a partir registro a população passa a ter um ativo que garante possíveis investimentos (SILVA; BRITO; DANTAS, 2016).

3 METODOLOGIA

O presente trabalho é considerado como uma pesquisa descritiva de método dedutivo, um estudo exploratório, de estratégia bibliográfica, com a técnica de análise de dados e abordagem qualitativa, de acordo com o que apresenta Gil (2009).

A coleta de dados teve como fonte dados secundários coletados no mês de julho de 2017, dos sites dos seguintes órgãos: *i*) AtlasBrasil; *ii*) Federação Catarinense de Municípios (FECAM); *iii*) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); *iv*) Portal Brasileiro De Dados Abertos.

Foram considerados os dados, quando disponíveis nas bases pesquisadas, a partir de 2010 até o período mais recente disponível da *i*) população; *ii*) produto interno bruto (PIB); *iii*) PIB *per capita*; *iv*) estatísticas do cadastro central de empresas; *v*) índice de desenvolvimento humano municipal² (IDHM); *vi*) índice de desenvolvimento municipal sustentável³ (IDMS).

Os dados secundários foram organizados por meio das ferramentas do Excel, empregando análise dos mesmos, com observação da variação dos valores no decorrer dos anos no âmbito local, estadual e nacional.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

² A análise do desenvolvimento humano municipal, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (2016) considera a perspectiva do crescimento sob a ótica do ser humano, suas oportunidades e capacidades considerando características além do econômico, como as culturais, sociais e políticas que exercem influência a qualidade de vida. A partir deste é formado o índice de desenvolvimento humano (IDH), um contraponto para o PIB *per capita*.

³ O IDMS é uma ferramenta para a aplicação do conceito de desenvolvimento municipal sustentável construído a partir de uma série de indicadores considerados fundamentais para diagnosticar o grau de desenvolvimento de um território. Esse índice, ao avaliar o desenvolvimento, configura-se como uma ferramenta de apoio à gestão capaz de evidenciar as prioridades municipais e regionais e situar as municipalidades em relação a um cenário futuro desejável. A sustentabilidade é entendida como o desenvolvimento equilibrado das dimensões Social, Cultural, Ambiental, Econômica e Político-institucional (FECAM, 2017).

A população da região dos Vales da Uva Goethe para 2016, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é de 157.132 habitantes (Tabela 1), representando 2,27% da população do Estado de Santa Catarina.

O total da área territorial da região é de 1.802,85 km² e a densidade demográfica registrada foi de 87,16 hab./km², valor acima das concentrações encontradas no Brasil e Santa Catarina.

Tabela 01 – Dados populacionais e de área dos municípios dos Vales da Uva Goethe - 2016

Municípios	População estimada		Área da unidade territorial		Densidade demográfica
	(habitantes)	participação	(km ²)	participação	(hab/km ²)
Içara	53.998	34,36%	228,93	12,70%	235,87
Orleans	22.587	14,37%	548,79	30,44%	41,16
Urussanga	21.090	13,42%	254,87	14,14%	82,75
Morro da Fumaça	17.373	11,06%	83,12	4,61%	209,02
Cocal do Sul	16.301	10,37%	71,13	3,95%	229,17
Nova Veneza	14.654	9,33%	295,04	16,36%	49,67
Treze de Maio	7.082	4,51%	161,67	8,97%	43,81
Pedras Grandes	4.047	2,58%	159,31	8,84%	25,40
Vales da Uva Goethe	157.132	100%	1.802,85	100%	87,16
Santa Catarina	6.910.553	2,27%	95.737,95	1,88%	72,18
Brasil	207.770.453	0,08%	8.515.759,09	0,02%	24,40

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do IBGE – Cidades

O total do Produto Interno Bruto – PIB gerado pelos oito municípios pertencentes aos Vales da Uva Goethe em 2014, de acordo com o IBGE, foi de R\$ 5.628.568.000,00, sendo que a maior representação deste PIB (34,45%) foi originada em Içara. Do outro lado do espectro encontra-se Pedras Grandes (2,04%), o município com a menor participação no PIB da região. (Tabela 2)

Tabela 02 – PIB e PIB *per capita* dos Municípios dos Vales da Uva Goethe - 2014

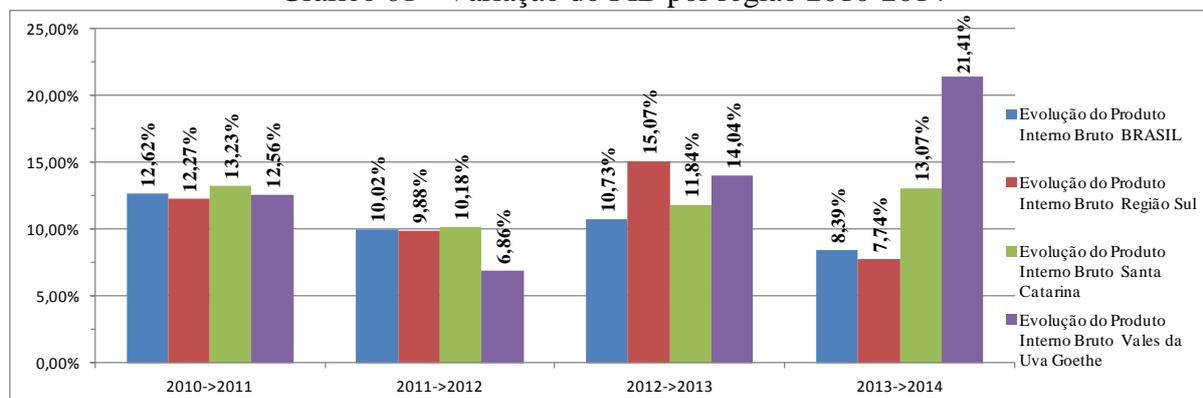
Municípios	PIB a preços correntes		PIB <i>per capita</i>
	(mil R\$)	participação	(R\$)
Içara	1.938.907	34,45%	37.084,15
Orleans	831.321	14,77%	37.260,58
Urussanga	756.151	13,43%	36.153,53
Morro da Fumaça	625.239	11,11%	36.666,62
Cocal do Sul	605.456	10,76%	37.819,71
Nova Veneza	634.124	11,27%	44.390,93
Treze de Maio	122.432	2,18%	17.361,28
Pedras Grandes	114.938	2,04%	28.109,00
Vales da Uva Goethe	5.628.568	100%	37.546,82

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do IBGE - Cidades

Referente ao PIB *per capita*, observa-se certo equilíbrio entre as cidades, uma vez que cinco, dos oito municípios analisados, apresentam um PIB *per capita* entre R\$ 30.000,00 e R\$ 40.000,00, com destaque para Nova Veneza e seus R\$ 44.390,93 por habitante. No extremo oposto, Treze de Maio registra o menor valor com os seus R\$ 17.361,28 por habitante.

Numa análise comparativa do PIB a preços correntes dos Vales da Uva Goethe nos anos 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014 (Gráfico 01), é possível perceber um acompanhamento de tendência da região quando comparada ao Brasil, Região Sul e Santa Catarina.

Gráfico 01 - Variação do PIB por região 2010-2014



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados de Contas regionais Brasil e IBGE – Cidades

Porém, entre 2013 - 2014 a região dos Vales da Uva Goethe apresentam valores significativos de evolução do PIB (21,41%) denotando melhor na questão econômica da região estudada.

Acompanhando a variação positiva do PIB, a análise do PIB *per capita* na região nos anos de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014 também traz resultados expressivos que acompanham a curva de tendência. (Tabela 03)

Tabela 3 - Variação do PIB *per capita* por região 2010-2014

Região	Produto Interno Bruto <i>per capita</i> (R\$)								
	2010	variação	2011	variação	2012	variação	2013	variação	2014
BRASIL	20.371,64	11,67%	22.748,72	9,13%	24.825,15	6,83%	26.521,15	7,46%	28.500,24
SUL (PR -SC-RS)	22.646,87	11,54%	25.260,72	9,20%	27.585,88	10,82%	30.569,99	6,93%	32.687,15
Santa Catarina	24.597,41	12,03%	27.555,30	9,04%	30.046,38	7,61%	32.334,04	11,51%	36.055,90
Vales da Uva Goethe	21.653,11	11,65%	24.175,42	6,00%	25.625,52	18,70%	30.417,81	23,44%	37.546,82

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados de Contas regionais Brasil e IBGE - Cidades

A partir dos dados do IBGE apresentados é possível perceber que entre os anos de 2012 – 2013 e 2013 – 2014 a variação do PIB *per capita* nos Vales da Uva Goethe (18,70% - 23,44%) foi expressivamente superior às variações nacionais (6,83% - 7,46%), regionais (10,82% - 6,93%) e estaduais (7,61% - 11,51%). No ano 2014 o PIB *per capita* dos Vales da Uva Goethe superaram as médias nacional, estadual e da região sul, chegando à R\$ 37.546,82.

Dados referentes ao trabalho e renda provenientes de 2015 do IBGE apontam para um cenário que compreende um total de 6.521 empresas atuantes, empregando um total de 49.737 pessoas assalariadas, com média salarial de 2,3 salários mínimos. (Tabela 04)

Tabela 04 – Trabalho e rendimento nos municípios dos Vales da Uva Goethe - 2015

Municípios	Número de empresas atuantes	Número de unidades locais	Pessoal ocupado assalariado	Pessoal ocupado total	Salário médio mensal	Salários e outras remunerações
					(Salário Mínimo)	(Mil Reais)
Içara	2.111	2.140	15.455	18.055	2,5	413.064
Orleans	1.049	1.077	7.116	8.454	2,5	190.054
Urussanga	760	770	6.465	7.535	2,5	183.687
Morro da Fumaça	815	824	6.443	7.556	2,3	166.006
Cocal do Sul	664	672	5.025	5.975	2,7	148.888
Nova Veneza	618	648	6.558	7.393	2,4	172.282
Treze de Maio	316	317	1.823	2.223	1,7	32.496
Pedras Grandes	188	191	852	1.073	1,8	16.792
Vales da Uva Goethe	6.521	6.639	49.737	58.264	2,30	1.323.269

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do IBGE - Cidades

Nos vales da Uva Goethe, em 2015, a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 37,45%. Os dados apontam para um total de R\$ 1.323.269.000,00 referentes a salários e outras remunerações na região. Na comparação entre os municípios apenas Treze de Maio e Pedras Grandes, cidades com o menor número de empresas e pessoal ocupado trazem rendimentos inferiores à R\$ 100.000.000,00.

As variações nas estatísticas do cadastro central de empresas entre 2010 – 2015 (Tabela 05) apresentam momentos de retração (2010-2011, 2012-2013, 2013-2014) e aumento (2011-2012, 2014-2015) do número de empresas atuantes na região dos Vales da Uva Goethe, bem como do número de unidades locais. Já o número de pessoal ocupado segue em crescimento de 2010 a 2013, porém retrai de 2013 a 2015, fechando com 5.849 pessoas empregadas a mais do que no início do período.

Tabela 05 – Variação do trabalho e rendimento nos Vales da Uva Goethe 2010 - 2015

Categoria	2010	variação	2011	variação	2012	variação	2013	variação	2014	variação	2015
Número de empresas atuantes	5.933	-1,55%	5.841	11,01%	6.484	-0,82%	6.431	-0,64%	6.390	2,05%	6.521
Número de unidades locais	6.028	-1,48%	5.939	11,20%	6.604	-0,95%	6.541	-0,50%	6.508	2,01%	6.639
Pessoal ocupado assalariado	45.353	6,10%	48.119	3,56%	49.831	6,77%	53.205	-3,33%	51.433	-3,30%	49.737
Pessoal ocupado total	52.415	6,30%	55.716	4,07%	57.984	5,72%	61.299	-2,59%	59.713	-2,43%	58.264
Salário médio mensal (salário Mínimo)	2,25	4,44%	2,35	-4,26%	2,25	-0,89%	2,23	2,58%	2,29	0,55%	2,30
Salários e outras remunerações (MIL R\$)	705,883	17,78%	831,368	15,32%	958,771	14,58%	1.098,581	10,43%	1.213,214	9,07%	1.323,269

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do IBGE - Cidades

Com relação ao salário médio mensal, o mesmo tem um pequeno acréscimo no decorrer do período analisado, atingindo o seu maior valor em 2015, com um salário médio mensal correspondendo a 2,30 salários mínimos.

Tabela 07 – IDMS dos municípios dos Vales da Uva Goethe - 2016

Dimensões	Santa Catarina	Cocal do Sul	Içara	Morro da Fumaça	Nova Veneza	Orleans	Pedras Grandes	Treze de Maio	Urussanga
Sociocultural	0,721	0,757	0,794	0,750	0,791	0,760	0,714	0,704	0,726
<i>Educação</i>	0,759	0,856	0,807	0,814	0,831	0,783	0,777	0,736	0,804
<i>Saúde</i>	0,707	0,696	0,786	0,742	0,711	0,729	0,651	0,715	0,599
<i>Cultura</i>	0,470	0,325	0,618	0,295	0,743	0,574	0,407	0,264	0,612
<i>Habitação</i>	0,854	0,958	0,935	0,940	0,937	0,955	0,953	0,961	0,934
Econômica	0,559	0,658	0,580	0,591	0,608	0,603	0,543	0,517	0,595
Ambiental	0,480	0,754	0,503	0,487	0,696	0,695	0,432	0,329	0,758
Político Institucional	0,669	0,692	0,661	0,679	0,648	0,633	0,664	0,688	0,661
<i>Finanças Públicas</i>	0,703	0,669	0,673	0,624	0,616	0,652	0,795	0,728	0,647
<i>Gestão Pública</i>	0,764	0,878	0,787	0,853	0,743	0,733	0,568	0,740	0,841
<i>Participação Social</i>	0,529	0,538	0,520	0,579	0,594	0,506	0,586	0,581	0,499
IDMS	0,608	0,715	0,634	0,627	0,686	0,673	0,588	0,559	0,685
Faixas de desenvolvimento municipal sustentável									
	Baixo	Médio Baixo	Médio	Médio Alto	Alto				
	0,000 a 0,499	0,500 a 0,624	0,625 a 0,749	0,750 a 0,874	0,875 a 1,000				

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da FECAM (2017)

O nível “alto” só é encontrado na subdimensão habitação das oito cidades, e gestão pública do município de Cocal do Sul. Em média, os Vales da Uva Goethe mostram um desempenho semelhante ao Estado na maior parte das dimensões analisadas.

Ao se considerar a série temporal do IDMS dos municípios e do Estado de Santa Catarina (Tabela 08) é possível encontrar incrementos positivos em todas as cidades e no Estado entre 2012 – 2014. Porém, na passagem para 2016 Orleans, Pedras Grandes e Treze de Maio registraram retração. Assim como o Estado de Santa Catarina.

Tabela 08 – Variação do IDMS dos municípios dos Vales da Uva Goethe -2012, 2014, 2016

Municípios	IDMS		
	2012	2014	2016
Cocal do Sul	0,676	0,708	0,715
Içara	0,587	0,622	0,634
Morro da Fumaça	0,563	0,661	0,627
Nova Veneza	0,607	0,661	0,686
Orleans	0,675	0,704	0,673
Pedras Grandes	0,603	0,619	0,588
Treze de Maio	0,523	0,570	0,559
Urussanga	0,619	0,643	0,685
Santa Catarina	0,582	0,610	0,608

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da FECAM (2017)

Mesmo considerando o aumento do IDMS de 2012 a 2016, apenas os municípios de Içara, Morro da Fumaça, Nova Veneza e Urussanga mudaram de faixa, saindo do nível “médio baixo” para integrar o nível “médio”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o objetivo do presente artigo de identificar o panorama atual do desenvolvimento da região de Indicação de Procedência dos Vales da Uva Goethe, é possível discutir, a partir dos dados analisados, variações que concernem tanto o desenvolvimento econômico, quanto o desenvolvimento social da localidade.

Considerando o viés econômico do desenvolvimento, questões como emprego e renda (2010-2015), assim como o PIB e PIB *per capita* (2010-2014) apresentaram variações positivas, sendo que, a mudança mais expressiva encontrada foi no PIB *per capita* da região, que superou as médias estadual e nacional em 2014, atingindo o valor de R\$ 37.546,81. Além disso, foram também registrados incrementos no número de unidades atuantes e no pessoal ocupado total, que entre 2010 e 2015 cresceram 10,14% e 11,16% respectivamente.

Já as análises do IDHM (2010) e IDMS (2016) ressaltam que os municípios não têm demonstrado um desenvolvimento constante de áreas específicas, como no caso da educação no IDHM da área estudada.

Os pontos mais críticos encontrados na análise social dizem respeito ao IDMS, uma vez que alguns destes municípios apresentam níveis baixos nas subdimensões cultural e de participação pública e na dimensão ambiental, deixando claro que a região precisa encontrar meios para melhorar as condições de cultura, meio-ambiente e de participação social.

A partir da compreensão dos dados coletados é possível constatar que os Vales da Uva Goethe têm mostrado incrementos positivos em seus indicadores econômicos, porém, a constatação de um nível mediano de IDMS indica que a região como um todo precisa trabalhar questões humanas e sociais para atingir uma condição equilibrada de desenvolvimento da região.

Assim como o preconizado na fundamentação teórica deste trabalho, entende-se que apenas o crescimento, ou desenvolvimento, econômico por si só não explica fidedignamente a condição holística de desenvolvimento de uma região, tão pouco garante que a população esteja gozando de liberdade e bem estar.

Este estudo serve como ponto de partida para análises mais profundas sobre as questões do desenvolvimento da IPVUG e possui limitações quanto ao seu grau de abrangência ao considerar apenas dados socioeconômicos. Sugere-se que, para estudos futuros sejam ponderados outros dados que possam correlacionar a obtenção do registro de IG às questões de desenvolvimento da região.

REFERÊNCIAS

ADDOR, F.; GRAZIOLI, A. Geographical indications beyond wines and spirits: a roadmap for a better protection for geographical indications in the WTO/TRIPPS agreements. **The Journal of Intellectual Property**, v. 5, n. 6, p. 865-897, 2002.

AMIN, A. An Institutionalist Perspective on Regional Economic Development. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 23, p. 365–378, 1999.

ATLASBRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil**. 2013. Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/desenvolvimento_humano/>. Acesso em: 20 de jul. de 2017.

BANDEIRA, P. S. **As Mesorregiões no contexto da nova política federal de desenvolvimento regional: considerações sobre aspectos institucionais e organizacionais**. Rio de Janeiro: UFRGS/CEDEPLAR, 2004.

BRASIL. CODEVASF, Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. **Desenvolvimento Territorial**. Disponível em <http://www2.codevasf.gov.br/programas_acoes/desenvolvimento-territorial>. Acessado em 19 de jul. de 2017.

BRASIL. IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2017. **Cidades**. Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br>>. Acessado em 21 de jul. de 2017.

BRASIL. INPI, Instituto Nacional da Propriedade Industrial. 2015. **Indicação geográfica no Brasil**. Disponível em <<http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/indicacao-geografica/indicacao-geografica-no-brasil>>. Acesso em 20 de jul. de 2017.

BRASIL. INPI, Instituto Nacional da Propriedade Industrial. 2017. **Pedidos de indicação geográfica concedidos e em andamento**. Disponível em <<http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/indicacao-geografica/pedidos-de-indicacao-geografica-no-brasil>>. Acesso em 02 de julho de 2017.

BRASIL. MAPA, Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento. 2014. **Indicação geográfica de vinhos no Brasil**. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/1%20IG%20de%20Vinhos%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em 20 de jul. de 2017.

BRASIL. Portal Brasileiro De Dados Abertos. 2017. **Contas Regionais do Brasil**. Disponível em: <<http://dados.gov.br/dataset/contas-regionais-do-brasil>>. Acesso em 19 de jul. de 2017.

BRUCH, K.L.; VIEIRA, A.C.P.; BARBOSA, P. M. S. Differentiation between collective marks and geographical indication wine brazilian sector. In: **Book 37 World Congress of Vine and Wine**, Mendonça, v. 1, 2014, p. 259. Disponível em:<<http://nbcgib.uesc.br/nit/ig/app/papers/0809271603158619.pdf>>. Acesso em 18 de jul. de 2017.

CERDAN, C.M.; BRUCH, K.L.; SILVA, A. L. da. **Curso de propriedade intelectual & inovação no agronegócio: Módulo II, indicação geográfica**. 2 ed. Brasília: MAPA, 2010.

CERDAN, C.M.T.; BRUCH, K.L.; SILVA, A.L.; COPETI, M.; FÁVERO, K.C.; LOCATELLI, L. **Indicação Geográfica de produtos agropecuários: importância histórica e atual**. In: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Curso de propriedade**

intelectual & inovação no agronegócio: Módulo II, indicação geográfica / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; organização Luiz Otávio Pimentel – 4ª ed. – Florianópolis: MAPA, Florianópolis: FUNJAB, 2014.

CLEMENTE, A. **Economia regional e urbana**, São Paulo: Atlas, 1994.

DA CUNHA, G.S.V.T. **Indicações geográficas e desenvolvimento regional sustentável:** relações para a valorização de produtos agroalimentares em Santa Catarina. 2015. 152 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2015.

DALLABRIDA, V.R. (Org.) **Desenvolvimento territorial:** políticas públicas brasileiras, experiências internacionais e a indicação geográfica como referência. São Paulo: LiberArs, 2014

FECAM. Federação Catarinense de Municípios. 2017. **Banco de Indicadores**. Disponível em: < <http://indicadores.fecam.org.br/banco-indicadores/index/ano/2017>>. Acesso em: 20 de jul. de 2017

FURTADO, C. **Pequena introdução ao desenvolvimento:** enfoque interdisciplinar. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980. 161 p.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

IVO, A.B.L. O paradigma do desenvolvimento: do mito fundador ao novo desenvolvimento. In: **Cadernos CRH**, Salvador, v. 25, n. 65, p. 187-210, maio/ago. 2012.

KRUGMAN, P. History versus expectations. **Quartely Journal of Economics**, n.106, 1991

LLORENS, F.A. **Desenvolvimento econômico local:** caminhos e desafios para construção de uma nova agenda política. Rio de Janeiro: BNDES, 2001. 232 p.

MAIORKI, G.J.; DALLABRIDA, V.R. A indicação geográfica de produtos: um estudo sobre sua contribuição econômica no desenvolvimento territorial. **INTERAÇÕES**, v. 16, n. 1, p. 13-25, jan./jun. 2015.

MARTINS, R. D.; CALDAS, E. de L. Uma análise comparada de experiências de desenvolvimento econômico local no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 5, n. 3, p. 70- 93, 2009.

O'BRIEN, E.V. Protection des indications géographiques aux États-Unis. **Bulletin de L'OIV**, v. 71, p.427-461, maio/jun., 1998.

PINNEY, T. **A history of wine in America:** From the Beginnings to Prohibition. Berkeley: University of California Press, 1989.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Desenvolvimento Humano e IDH**. 2017. Disponível em < <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html> > Acesso em: 20 de jul. de 2017.

PROGOETHE, Associação dos Produtores da Uva e do Vinho Goethe da Região de Urussanga. 2012. **IGP**. Disponível em: <<http://www.progoethe.com.br/igp.php?id=1>>. Acesso em 20 de jul. de 2017.

VALES DA UVA GOETHE. **Histórico**. Urussanga, 2013. Disponível em: < <http://www.valesdauva.goethe.com.br/ipvug.php?id=1> >. Acesso em: 20 de jul. de 2017.

SCHUMPETER, J.A. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 169 p.

VIEIRA, A.C.P.; BRUCH, K.L.; WATANABE, M. Perspectivas de desenvolvimento da vitivinicultura em face do reconhecimento da Indicação de Procedência dos Vales da Uva Goethe. **Revista GEINTEC** v. 2, n. 4, p.327-343, 2012.

SEN, A.K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409 p.

SILVA, C.K.V. da; BRITO, L.M.; DANTAS, T.K. de S. A indicação geográfica como promotora do desenvolvimento local e regional: o caso (em potencial) do bordado do Seridó. **Revista GEINTEC** v. 6, n. 1, p. 2982-2990, 2016.

VELLOSO, C.Q. **Indicação geográfica e desenvolvimento territorial sustentável**: a atuação dos atores sociais nas dinâmicas de desenvolvimento territorial a partir da ligação do produto ao território (Um estudo de caso em Urussanga, SC). Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias. Florianópolis, 2008, 166

VIERIA, A.C.P.; PELLIN, V. O uso do instituto das indicações geográficas como instrumento de promoção do desenvolvimento territorial rural: o caso dos Vales da Uva Goethe Brasil SC. Anais 20 APDR Congress - Renaissance of the regions of southern Europe. **20 APDR Congress** - Renaissance of the regions of southern Europe: Evora, 2014.

WILLIAMSON, J. **A economia aberta e a economia mundial**: um texto de economia internacional. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1988. 394 p.